

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.068 - RS (2019/0203146-3)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**AGRAVADO** : ELSA ALVES MACIEL  
**ADVOGADOS** : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021  
TIAGO GORNICKI SCHNEIDER - RS068833  
ELISA TORELLY - RS076371  
CAMILA MENONCIN E OUTRO(S) - RS088943

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 270):

*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ANUÊNIOS. REVISÃO. LEI 9.784/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS.*

*Incide no caso o disposto nos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99, que prevê decadência quinquenal para que a Administração anule seus próprios atos, quando deles decorram efeitos favoráveis aos destinatários. Ocorreu a decadência porque a parte autora percebia os anuênios há mais de cinco anos quando a Administração constatou a irregularidade em auditoria.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 297/301).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1.022 do CPC/15; 54 e 69 da Lei n.º 9.784/99 e 114 da Lei n.º 8.112/90. Sustenta, em resumo: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional e; (II) "*em síntese conclusiva, não é caso de se falar em decadência do direito de a Administração rever o ato de concessão de aposentadoria com percentual equivocado de anuênios, uma vez que esta é ato complexo que se completa apenas após manifestação do Tribunal de Contas da União, sendo que no momento em que realizado tal procedimento, sequer realizado tal registro final. Com a máxima vênia, não seria caso de aplicar a inteligência do art. 54 da Lei n.º 9.784/99 numa situação em que o próprio benefício poderia ser revisto futuramente pelo TCU, sem qualquer prazo decadencial aplicável para tanto em curso até aquele momento. Isso porque, conforme já afirmado nos autos (embargos declaratórios*

# Superior Tribunal de Justiça

*interpostos do julgamento de apelação) e preliminar de nulidade do acórdão que reconheceu a decadência, inexistia registro da aposentadoria da parte recorrida junto ao Tribunal de Contas da União até 2016. [...] Assim, a manutenção da aposentadoria com percentual de 26% a título de anuênios fere o disposto nos artigos 54 e 69 da Lei nº 9.784/99, at. 114 da Lei nº 8.112/90, conforme acima exposto." (fls. 317/318).*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação merece prosperar.

A pretensão recursal merece acolhida, pois a parte agravante, nas razões aduzidas nos embargos declaratórios (fls. 286/291), pugnou pelo enfrentamento das seguintes questões: *"em síntese conclusiva, não é caso de se falar em decadência do direito de a Administração rever o benefício de aposentadoria inicialmente deferido com percentual de adicional de tempo de serviço/anuênio equivocado, uma vez que esta é ato complexo que se completa apenas após manifestação do Tribunal de Contas da União, sendo que no momento em que realizado tal procedimento, o registro de tal benefício ainda não havia se consumado, o que ocorreu apenas em 2016. Com a máxima vênia, não seria caso de aplicar a inteligência do art. 54 da Lei nº 9.784/99 numa situação em que o ato de revisão fora realizado antes do registro da aposentadoria pelo TCU. É assente que o prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99 de a Administração Pública rever os seus atos eivados de nulidade só tem início, pelo menos, nos casos de ato de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/pensão, após análise da mesma pelo Tribunal de Contas da União, o que está a indicar que o prazo extintivo não teve curso. [...] A manutenção INDEVIDA do percentual de 26% de adicional de tempo de serviço quando o correto seria de 21% fere o disposto no artigo 37, caput, e 71, III, ambos da CF/88, que determinam, respectivamente, seja declarada a nulidade dos atos eivados de ilegalidade, bem como que o Tribunal de Contas da União aprecie para fins de registro a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias/pensões no serviço público, bem como aos artigos 53, 54 e 69 da Lei nº 9.784/99." (fls. 290/291).*

Contudo, observa-se que o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, ficou silente sobre argumentações que se mostram

# *Superior Tribunal de Justiça*

relevantes para o deslinde da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento recurso especial e anular o acórdão que apreciou os embargos de declaração e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o expresse enfrentamento das questões aqui tidas por omitidas.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

